

Nota de Abertura

João Lourenço – CGTP-IN



O Departamento do Desenvolvimento Sustentável, ao abordar um tema tão presente como o do trabalho digno e o dos empregos verdes, pretende apresentá-lo dentro da perspectiva da CGTP-IN. Ao fazê-lo, quer ir ao encontro de uma visão que vá mais além e colocar este tema de uma forma mais actualizado, pretendemos que faça parte da agenda sindical. É preciso reflectir melhor o conceito de emprego verde ligando-o às conquistas sociais e à sua implementação como está definido pela ONU. Para nós, esta causa é enquadrável dentro do conceito do trabalho digno, defendido pela OIT e pelo Movimento Sindical.

Para a OIT, os empregos verdes definem-se como aqueles que reduzem e combatem os factores negativos causados pelo impacto nocivo no meio ambiente. O emprego verde labora em vários sectores profissionais e em novas empresas que contribuem efectivamente para a sustentabilidade do meio ambiente também está instalado em secções especializadas de antigas empresas. Está no combate ao aquecimento climático e procura reduzir o consumo entre outros de matérias-primas, energia e da água. Hoje demarca-se pela boa participação em cidadania e nas boas práticas, por isso é um exemplo tão importante e a ter em conta. Isto confirma-se num recente estudo já divulgado pelo relatório do programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente publicado em Março passado, onde se afirma que com somente 2% do PIB mundial quando aplicado em 10 sectores económicos e estratégicos, o desenvolvimento obtido será o suficiente para combater e erradicar a pobreza e gerar um crescimento mais verde e eficiente, tornando-se numa verdadeira alternativa à presente crise climática e económica.

O relatório da ONU é uma aposta no futuro porque a ser implementado vai criar um grande número de postos de trabalho verdes. Presentemente, apesar de já haver muitos, são ainda diminutos para o que seria desejável, como nos podemos aperceber pelas necessidades sentidas de rapidamente combater o aquecimento climático. Pode-se facilmente prever o seu potencial de crescimento também, pelo aparecimento de novas tecnologias e de novos métodos de trabalho. Embora haja agora um constante crescimento ainda tímido precisamos de um incremento e alargar

o seu âmbito a mais sectores para além daqueles onde já de forma tradicional existem, isso passa por uma maior atenção das empresas e da aposta do estado, mas também de um especial acompanhamento dos sindicatos e da própria sociedade em geral.

Está na altura de se ter em conta esta particularidade e começar a incluir com veemência nas reivindicações, cláusulas alusivas e dedicadas ao tema para melhorar a definição e o reconhecimento do conceito de emprego verde, em que se torna obrigatório consignar a prática e o respeito pelo conceito do trabalho digno definido pela OIT. “Trabalho precário ou pago com recibos verdes, mesmo que seja exercido não pode ser considerado emprego verde “.

Também se deve concluir e reivindicar, a criação da competência do delegado ambiental para os Representantes Eleitos dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho.

E também exigir o aumento da oferta de formação profissional especializada para trabalhadores e quadros de empresas, vocacionada para as tarefas definidas e ligada á protecção da natureza e ao desenvolvimento sustentável.

Reivindicar da U.E. que combata o “Dumping Ambiental” exercido através das deslocalizações de empresas oportunistas para os paraísos ambientais.

É a partir destes pressupostos e de reivindicações concretas que se pode fazer o combate à presente crise e também uma boa oportunidade para encontrar saídas que certamente passam pelo incremento de mais formação e de mais empregos verdes.

Estamos perante uma verdadeira área promissora para Portugal. Felizmente já há alguma coisa feita mas é necessário ainda muito mais, apesar de haver um crescimento sentido em alguns sectores base, como é o caso da energia e da reciclagem.

As possibilidades efectivas ainda estão pouco implementadas nas empresas tradicionais, embora existam secções, como nas do tratamento e recuperação de resíduos, onde as práticas ambientais se fazem com respeito e benefícios para o meio ambiente e para a economia das empresas, quando estas sabem e apostam em aproveitar gerando um novo ou complementar potencial que exige mais conhecimento e trabalhadores especializados.

Sabe-se da existência de iniciativas criadoras que estão executando novos projectos, na sua maioria ligados aos sectores das energias limpas, através do trabalho de execução a montante e jusante para a produção de bens, sobretudo os ligados á energia com equipamentos e novos campos de intervenção. Porque, na verdade, existe um potencial concreto que tem em vista, procurar a substituição de importações caras, como é o caso do petróleo, que todos sabemos que o país não possui. Mas nós, em Portugal, felizmente, possuímos muito sol e temos tecnologias que já desenvolvemos e ainda temos terra suficiente e muito mar. Abre-se aqui uma oportunidade de ouro para outros sectores com uma forte perspectiva na criação de novos empregos verdes.

Estamos aqui numa casa sindical, convidámos amigos e aliados, neste preciso momento, para iniciarmos uma reflexão que servirá também como nosso contributo para fazer crescer as consciências sobre o tema e para preparar um diálogo social comprometedor efectivo e negociado. Ao aprofundar o desenvolvimento económico de forma sustentável para o meio ambiente, não esquecemos a nossa condição humana na realização pelo trabalho que é um bem essencial e insubstituível.

O trabalho digno com direitos é a única forma justa e sustentável de trabalho. Por isso queremos afirmá-lo e compará-lo, como algo tão vital e comparável com tudo o que existe e produzimos e com o que consumimos de forma justa e equilibrada. Por isso a nossa consciência para com o trabalho digno e verde é tão importante como a protecção do meio ambiente, este conceito de trabalho como sabemos sendo bem administrado nunca colocará em causa nem o trabalho/emprego nem os ecossistemas, antes pelo contrário os defenderá principalmente aqueles que satisfazem as necessidades básicas e contribuem para a nossa sustentabilidade e a nossa felicidade.

Os sindicatos reconhecem que as questões ambientais estão intrinsecamente ligadas aos temas fundamentais por que nos batemos, tal como o são a salvaguarda dos recursos esgotáveis assim como aqueles que infelizmente já são escassos. Proteger dos riscos naturais e artificiais e defender a participação democrática e a igualdade é uma opção de que não desistimos, tal como defendemos tudo o que é essencial como o lutar contra o aumento das mudanças climáticas.

Por isso, pretendemos chamar á atenção da Europa e reivindicar que esta encontre um mecanismo justo, para o equilíbrio com equidade e com responsabilidade e que não aceite o “dumping ambiental”, vulgo

deslocalizações de empresas para paraísos ambientais que depois concorrem em pé de igualdade com os produtos produzidos em empresas de trabalho verde Europeias levando ao encerramento de muitas destas.

Devem os trabalhadores e os seus Sindicatos lutar pelas propostas já expostas e exigir que o emprego verde ou as empresas com empregos verdes, só poderão assim ser consideradas quando negociam e cumprem e obedecem os princípios do trabalho digno?

Este novo modelo de emprego, tem que ser justo e de qualidade, que proteja o meio ambiente e não esqueça o trabalhador enquanto elemento da natureza que é. Por isso mesmo, a empresa obriga-se a respeitar os direitos de quem trabalha, tal como a respeitar os direitos da natureza dos animais e materiais. Este é um ponto que fica aqui para continuar a nossa reflexão.

João Lourenço
16/06/2011